

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.798.773 - RS (2019/0053754-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : ELIZETH PINHEIRO BRAGA
EMBARGANTE : LUIZ MARIO RODRIGUES BRAGA
EMBARGANTE : ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL SOLIDAO LTDA
ADVOGADO : FELIPE MAGALHÃES DA CUNHA - RS043209
EMBARGADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR - RS016912
LEANDRO DA SILVA SOARES - DF014499

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ELIZETH PINHEIRO BRAGA à decisão de fls.432/433, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante:

Ocorre que o processo tramita na forma eletrônica e na intimação realizada dos recorrentes, ora embargantes, através do procurador signatário, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região fez constar – EXPRESSAMENTE – que eles dispunham do prazo de ATÉ O DIA 10.10.2018 para a interposição do recurso especial, consoante pode ser facilmente constatado no Evento nº 49 da consulta processual que segue em anexo (fl. 438).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Quanto à tempestividade do recurso, o que define a aplicação do CPC de 2015 é a data de intimação do *decisum* recorrido, que, no presente caso, ocorreu na vigência do novo código.

Nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do

novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, ao presente caso aplicam-se as regras do CPC de 2015.

Consta dos autos (fl. 395) que a expedição de intimação eletrônica ocorreu em 05/09/2018. Nos termos do § 3º do art. 5º da Lei n. 11.419/2006, o prazo para a efetivação da intimação eletrônica ficta é de 10 dias corridos (essa contagem não se dá em dias úteis). Contado a partir do dia 06/09/2018, o prazo expirou em 15/09/2018. Ainda de acordo com o § 2º do art. 5º da referida lei, como 15 de julho não foi dia útil, considera-se que a "consulta" foi feita no próximo dia útil, ou seja, 17/09/2018. Realizada a "consulta" no dia 17/09/2018, considera-se efetivamente intimada a parte no dia 18/09/2018 (art. 231, V, do CPC de 2015). Exclui-se o dia 18/09/2018, primeiro dia do prazo (art. 224 do CPC de 2015), prosseguindo-se na contagem de 15 dias úteis a partir de 19/09/2018, primeiro dia da efetiva contagem do prazo.

Dessa forma, o prazo recursal de 15 dias úteis (art. 994, VI e VIII, c/c os arts. 1.003, § 5º, 1.029, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do CPC) terminou em 09/10/2018, mas o recurso foi interposto somente em 10/10/2018.

De acordo com a jurisprudência do STJ, "o juízo de admissibilidade do recurso especial é bifásico. A decisão proferida pelo Tribunal de origem não vincula o Superior Tribunal de Justiça na aferição dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial. Isso porque compete a esta Corte, órgão destinatário do recurso especial, o juízo definitivo de admissibilidade" (AgInt no REsp n. 1.684.240/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/2/2018).

Do mesmo modo, certidão lavrada por servidor público ou pelo sistema nos autos do processo que atesta a tempestividade do recurso não impede o reexame desse requisito pelo STJ. Nesse sentido: AgRg no REsp n. 770.786/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 8/3/2010; e AgRg no AREsp n. 703.592/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2015.

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos,

porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

